

Oposição de PDS e PTB

por Carlo Iberê
de Brasília

O pacote fiscal chegou ao Congresso ontem, por volta das 17 horas, e só deverá ser votado na próxima semana. O PDS, entretanto, já anunciou que não vota aumento de impostos, passando a responsabilidade de quórum à Aliança Democrática. Mas o que pode atrasar mesmo a votação é a vontade do líder do PTB, Gastone Righi (SP), de emendar o projeto do governo. O líder petebista não concorda com a devolução de apenas 10 ORTN do imposto arrecadado no prazo de 120 dias.

Gastone Righi pretende que sejam devolvidas, no mínimo, até 30 ORTN no prazo de 120 dias, a partir da data de entrega da declaração do Imposto de Renda. Até o início da noite de ontem, o projeto do governo ainda não havia sido entregue às lideranças partidárias, que só tinham conhecimento do seu teor através da imprensa. O líder do PTB não sabia se suas emendas ficariam apenas sobre esta questão, uma vez que não havia lido a íntegra da mensagem.

A Câmara e o Senado só votam três partes do "pacote": a desestatização, a liberação de cotas do fundo 157 até 10 ORTN e a parte referente ao Imposto de Renda. Como relator das duas primeiras partes foi nomeado o deputado Osvaldo Trevisan (PMDB-PR). Para a terceira, a mais polêmica, o deputado Celso Sabóia, também do Paraná. Os



Gastone Righi

projetos para serem aprovados necessitam de maioria simples nas duas casas, isto é, 240 deputados e 46 senadores.

O líder do governo, Pimenta da Veiga (MG), acredita na "fácil aprovação" dos projetos pelas "suas qualidades". Disse o deputado que "ele favorece os mais pobres e é do interesse da maioria dos brasileiros. O Congresso não pode omitir-se", conclui o líder. Já o líder do PDT, Nadir Rossetti, acha que o envio ao Congresso "da matéria mais importante deste governo" no final da legislatura "revela o descaso com que a Nova República trata o Legislativo".